

ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA PANDEMIA: AS VOZES DOS SUJEITOS EM BELÉM-PA

SOCIAL WORK INTERNSHIP IN THE PANDEMIC: THE VOICES OF THE SUBJECTS IN BELÉM-PA

Danielli Cecim¹
Reinaldo Pontes²

Resumo:

O artigo objetiva analisar como ocorreu o processo de estágio supervisionado em Serviço Social durante a pandemia da Covid-19, a partir dos relatos dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem na Universidade Federal do Pará (UFPA). Neste intuito, optou-se por uma metodologia qualitativa, com realização de pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Os resultados apontam que o contexto pandêmico trouxe impactos às condições de trabalho de supervisores acadêmicos e de campo, assim como às condições objetivas e subjetivas de discentes para a realização do estágio profissional naquele contexto.

Palavras-chave: Estágio supervisionado; Serviço Social; Formação de assistentes sociais; Covid-19.

Abstract:

This article aims to analyze how supervised internships in Social Work occurred during the COVID-19 pandemic, based on the accounts of individuals involved in the teaching-learning process at the Federal University of Pará (UFPA). To this end, a qualitative methodology was adopted, involving documentary research and semi-structured interviews. The results indicate that the pandemic context impacted the working conditions of academic and field supervisors, as well as the objective and subjective conditions of students for completing professional internships in that context.

Keywords: Supervised internship; Social work; Social worker training; Covid-19.

¹ Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. Assistente Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: danielliececim@gmail.com.

² Doutorado em Sociologia pelo Universidad Complutense de Madrid, Espanha. Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará. E-mail: rpontes@ufpa.br.

ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA PANDEMIA: AS VOZES DOS SUJEITOS EM BELÉM-PA

Introdução

O presente artigo tem como objeto de estudo o estágio supervisionado em Serviço Social no contexto da pandemia da Covid-19. O debate se situa na compreensão de que a pandemia da Covid-19 trouxe repercussões sociais, políticas, econômicas e sanitárias, as quais atingiram o acesso a diversas políticas sociais, entre elas, a política de educação superior, política essa já marcada pela mercantilização e precarização, decorrente da adoção do ideário neoliberal no Brasil a partir da década de 1990.

Esse cenário traz impactos à formação profissional em Serviço Social e consequentemente ao estágio, o que intensifica a dificuldade à sua operacionalização e/ou impõe novos desafios. Destaca-se a particularidade do território amazônico, em especial o Estado do Pará, que apresenta uma realidade complexa, o que demanda dos assistentes sociais uma compreensão dos determinantes históricos, sociais e econômicos que incidem no exercício e na formação profissional neste território.

É nesta conjuntura que nasce o problema de pesquisa que resultou em dissertação de mestrado defendida e aprovada na Universidade Federal do Pará (UFPA) em 2023: analisar o processamento do estágio supervisionado durante o contexto pandêmico em uma capital do norte do Brasil, considerando os impactos do período sobre os atores do processo, bem como a coadunação das estratégias de condução da referida Instituição de Ensino Superior (IES) com as exigências do projeto-ético-político da profissão.

O presente artigo apresenta resultado parcial dos achados da pesquisa, principalmente no que refere aos impactos gerados nas condições de trabalho/formação dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. O texto está estruturado em 02 (dois) tópicos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro tópico traz reflexões sobre a pandemia da Covid-19, apresentando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021, 2022) e do Ministério da Saúde (Brasil 2020 e 2023), assim como discussões de Antunes (2022); Fonseca e Silva (2020) e Harvey (2020). O segundo tópico aborda os impactos gerados/intensificados pelo contexto pandêmico aos sujeitos envolvidos no estágio profissional, neste intuito são apresentados os achados das entrevistas semiestruturadas realizadas com os participantes da pesquisa.

ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA PANDEMIA: AS VOZES DOS SUJEITOS EM BELÉM-PA

Espera-se com este artigo contribuir para o debate sobre o tema estágio supervisionado em Serviço Social, bem como possibilitar reflexões e apontamento de estratégias para a consolidação e efetivação desse processo de ensino-aprendizagem em contextos de crise.

Pandemia da Covid-19: a “pandemia do capital”

A Covid-19 é uma doença respiratória causada por um novo tipo de coronavírus, o SARS-CoV-2 (Brasil, 2020). A referida doença tem alto índice de transmissibilidade, sendo transmitida por meio de gotículas de saliva e secreção de pessoas infectadas pelo novo coronavírus (idem). Segundo o Ministério da Saúde (2020), as manifestações clínicas da doença são variadas, podendo ser desde sintomas leves, similares a de um resfriado, até sintomas de doenças mais graves, tais como pneumonia severa, ou mesmo ocasionando o óbito.

Os primeiros casos do novo coronavírus foram identificados em dezembro de 2019 na Cidade de Wuhan, na China, espalhando-se posteriormente para diferentes países do mundo (Brasil, 2020). Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) em decorrência da Covid-19 e em 20 de março de 2020 o Ministério da Saúde declarou estado de transmissão comunitária da doença no Brasil (idem).

No dia 05 de maio de 2023 a OMS declarou o fim da ESPII, o que não significa que “a Covid-19 tenha deixado de ser uma ameaça à saúde, principalmente para aqueles com maior risco de desenvolvimento de doença grave, tendo em vista que o vírus continua em circulação no Brasil e no mundo” (Brasil, 2023, p.06). Até 30 de agosto de 2023 já haviam sido notificados 770.085.713 (setecentos e setenta milhões, oitenta e cinco mil, setecentos treze) casos de Covid-19 no mundo, segundo dados da OMS, destes, 37.717.062. (trinta e sete milhões, setecentos e dezessete mil e sessenta e dois) são casos notificados no Brasil, que ocupava o sexto lugar, na ocasião, em números de casos confirmados do novo coronavírus e o segundo lugar em número de vidas perdidas (704.659 vidas). No Pará, a Vigilância Epidemiológica da SESPA informou que até o dia 09/04/2023 existiam 884.707 (oitocentos e oitenta e quatro mil, setecentos e sete) casos confirmados e 19.155 vidas perdidas.

Observa-se que, além do número expressivo de pessoas contaminadas pelo vírus e vidas perdidas, a Covid-19 também gerou/aprofundou uma crise econômica e social, elevando o número de trabalhadores desempregados e em situação de pobreza e extrema pobreza. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil atingiu no terceiro

ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA PANDEMIA: AS VOZES DOS SUJEITOS EM BELÉM-PA

trimestre de 2020 o percentual negativo de 14,9% pessoas em situação de desemprego, o que equivale a 14,8 milhões de trabalhadores brasileiros. Nesse período, o país apresentava a elevação do número de casos de Covid-19 e as autoridades sanitárias orientavam para a necessidade de distanciamento social e/ou quarentena, causando impacto na situação de emprego e renda dos trabalhadores.

Segundo dados do IBGE (2021), no ano de 2020, aproximadamente 50 milhões (1 a cada 4 brasileiros) viviam em situação de pobreza no Brasil e 12 milhões se encontravam em situação de extrema pobreza³. No ano de 2021, o número de pessoas em situação de pobreza atingiu o número mais elevado desde 2012, período que o IBGE iniciou a coleta dessas informações, atingindo 62,5 milhões de pessoas (29,4 % da população brasileira), deste percentual, 17,9 milhões estavam em situação de extrema pobreza (8,4% da população).

A partir do 2º semestre de 2021, a taxa de desemprego aparece decrescente no país (14,2% chegando a 11,1% no 4º trimestre de 2021), todavia, esse maior percentual de pessoas ocupadas não vem acompanhado de um maior acesso ao sistema de proteção social por parte dos trabalhadores (Previdência social, Consolidação das Leis de Trabalho - CLT, férias, licença para tratamento de saúde, etc.).

De acordo com dados do IBGE (2022) 40,1% dos trabalhadores brasileiros, no ano 2021, encontravam-se em trabalhos informais, o que equivale a 89.495.000 (oitenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil) trabalhadores. Considerando-se o recorte regional, identifica-se, a partir dos dados coletados pelo IBGE (2022), que a região Norte e Nordeste apresentam o maior percentual de trabalhadores informais, com 58,6 e 55,9 respectivamente.

Além do marcador regional, verifica-se que a desigualdade no acesso ao mercado de trabalho possui gênero e cor. Segundo o IBGE (2022), dentre o percentual de pessoas ocupadas, 45,2% são brancas e 53,8% são pretas e pardas, contudo, considerando os tipos de ocupações, verifica-se que a presença de pretos e pardos é mais acentuada nos setores ligados a agropecuária (59,5%), construção (66,2%) e serviços domésticos (66,8%), os quais possuem rendimentos menores quando comparados os setores ligados a administração pública, educação e saúde, onde foi identificada a maior participação de pessoas brancas.

³ O IBGE coleta informações referente à pobreza monetária, ou seja, a insuficiência de renda, não considerando assim a pobreza multidimensional que envolve o acesso a bens e serviços. Neste âmbito é considerado em situação de pobreza o trabalhador que possui renda per capita mensal de até R\$450,00 reais e extrema pobreza o trabalhador que possui renda per capita mensal de até R\$155,00 reais.

ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA PANDEMIA: AS VOZES DOS SUJEITOS EM BELÉM-PA

Esses dados se coadunam com as informações sobre rendimento médio domiciliar per capita da população brasileira no ano de 2021. Segundo o IBGE (2022), enquanto o rendimento médio domiciliar per capita da população branca era de R\$1.866,00 (um mil, oitocentos e sessenta e seis reais), os das populações preta e parda foi de R\$964,00 (novecentos e sessenta e quatro reais) e R\$945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais) respectivamente, o que releva que a população branca possui um rendimento mensal duas vezes maior que o da população preta e parda. Ressalta-se que este percentual vem se mantendo desde o ano de 2012, quando o IBGE iniciou a coleta dessas informações, ou seja, anos antes do contexto pandêmico.

Quanto ao recorte de gênero, “historicamente, o nível de ocupação das mulheres é substancialmente inferior ao dos homens, o que decorre tanto pela menor participação no mercado de trabalho, como pela maior taxa de desocupação desse grupo” (IBGE, 2022, p. 23). No período da pandemia da Covid-19 essa desigualdade foi acentuada, segundo dados do IBGE (2022), o nível de ocupação das mulheres foi reduzido em 2020 e se recuperou mais lentamente no ano de 2021. Enquanto o nível de ocupação dos homens no triênio 2019-2021 teve um decréscimo de 3,7 pontos percentuais e alcançou a taxa de 63,15% em 2021, o nível de ocupação das mulheres reduziu 4,8 pontos percentuais e atingiu 41,9% no final do período, ampliando a distância no que refere ao acesso de homens e mulheres ao mercado de trabalho.

Diante desses dados, verifica-se que a emergência da pandemia da Covid-19 e a crise econômica (instalada anteriormente ao contexto pandêmico e intensificada pelo mesmo), geraram desastrosos impactos sociais para a classe que vive do trabalho, ampliando o pauperismo já existente (Antunes, 2022).

O mesmo autor denomina essa trágica simultaneidade entre o sistema de *metabolismo antissocial do capital*⁴, crise estrutural e explosão da Covid-19 de “capitalismo pandêmico” ou “pandemia do capital”, a qual atinge mais fortemente às classes sociais, visto a classe que depende da sua força de trabalho para sobreviver, que fica “sob intenso fogo cruzado” (p. 23) entre a fome e a contaminação pelo vírus.

Harvey (2020) corrobora com essa discussão ao afirmar que a “nova classe trabalhadora” esteve na linha de frente do combate ao novo coronavírus, o que incorreu em

⁴ O *Sistema de metabolismo social do capital* é definido por Mészáros (2002) como um sistema que se constitui pelo tripé, capital, trabalho assalariado e Estado. Segundo Antunes (2022), este sistema coloca a produção social, que deveria atender as necessidades humano sociais, sob os imperativos da autorreprodução do capital, gerando consequências danosas para a sociedade como o desemprego estrutural, crise ambiental, mercantilização da vida, entre outros, motivo pelo qual Antunes denomina de *Sistema de metabolismo antissocial do capital*.

ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA PANDEMIA: AS VOZES DOS SUJEITOS EM BELÉM-PA

maior risco de contaminação, ou mesmo, do desemprego, em decorrência da crise econômica intensificada pelo contexto pandêmico, motivo pelo qual a Covid-19 apresenta todas as características de uma pandemia de classe, gênero e raça, o que inclusive foi evidenciado nos dados do IBGE que foram apresentados neste tópico.

Destaca-se que a condução do governo Bolsonaro no gerenciamento do contexto pandêmico contribuiu para a reprodução de ideias neoliberais em detrimento de ações mais combativas ao novo coronavírus. Segundo Fonseca e Silva (2020), o então presidente Jair Bolsonaro, enquanto representante dos interesses neoliberais e da extrema direita, reproduzia um modelo de Estado baseado na lógica da competitividade e do mercado, dando destaque ao setor econômico na condução da crise e expressando que “a única maneira possível de combater a situação de calamidade pública causada pelo novo coronavírus seria a reintrodução das atividades de trabalho” (p. 66).

Os impactos desta desastrosa condução governamental também foram catastróficos na política de educação, com ausência de infraestrutura tecnológica adequada a professores e estudantes. Aliado a este fato, a postura negacionista do representante do Governo, contribuiu para o atraso do início da vacinação no país, deixando os estudantes por mais tempo longe do ensino presencial.

Segundo dados do Relatório *Education at a Glance 2022*, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil foi o 4º (quarto) país do mundo com mais tempo de escolas fechadas durante o período da pandemia da Covid-19, com um total de 178 (cento e setenta e oito) dias, ficando atrás somente do Chile, Letônia e Polônia.

Ainda conforme o mesmo documento os gastos do governo com a educação básica e superior foram de 14% (quatorze por cento) do PIB no ano de 2021, o que está acima da média nacional da OCDE, que é de 10% (dez por cento), contudo, ainda seguindo a mesma fonte, ressalta-se que 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes matriculados no ensino superior no Brasil no ano de 2021 estavam em instituições privadas de ensino, o que permite inferir que os recursos destinados à educação foram, em muitos casos, direcionados a instituições privadas, refletindo a tendência a mercantilização e privatização do ensino superior vivenciada no país.

No tópico a seguir buscar-se-á analisar como a “pandemia do capital” atingiu a política de educação superior, reverberando na formação profissional e no estágio supervisionado em Serviço Social na Universidade Federal do Pará (UFPA).

ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA PANDEMIA: AS VOZES DOS SUJEITOS EM BELÉM-PA

Estágio Supervisionado em Serviço Social em tempos de novo coronavírus: o que dizem os sujeitos do processo?

A Covid-19 corroborou para a intensificação do projeto do capital de precarização da política de educação superior, impulsionando novas modalidades de ensino, mais adequadas ao interesse daquele projeto. Segundo Antunes (2020), é notável que o capital utilizou o período pandêmico para realizar “experimentos” no intuito de intensificar e potencializar os mecanismos de exploração do trabalho no período pós-pandemia da COVID-19 em vários setores da economia.

Em relação ao Ensino Remoto Emergencial (ERE), observa-se que esta modalidade de ensino utilizada de forma excepcional por muitas Instituições de Ensino Superior (IES's) durante o período da pandemia apresenta fragilidades e contribui, em muitos casos, para uma intensificação do trabalho de docentes e demais trabalhadores da educação, além de possibilitar uma precarização do ensino superior por não considerar a falta de condições objetivas e subjetivas de docentes e discentes para a participação nas aulas.

No que concerne especificamente à realização do estágio supervisionado durante a pandemia da Covid-19, a portaria nº. 544/2020 do Ministério da Educação (MEC) estabeleceu critérios para a realização do estágio profissional no contexto pandêmico, autorizando a substituição do processo de ensino-aprendizagem por outras atividades acadêmicas, desde que essas atividades obedecessem às Diretrizes Nacionais Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE (art. 1º, § 3º).

Quanto ao estágio supervisionado em Serviço Social, foco deste texto, identificou-se que, apesar das entidades de representação da categoria terem sido unânimes em suas manifestações contrárias à realização do estágio supervisionado durante o contexto pandêmico, as Instituições de Ensino Superiores (IES) adotaram estratégias diversas para mitigar os efeitos do afastamento dos discentes do campo de estágio, inclusive com a realização de estágios remotos ou híbridos, conforme apontado nas pesquisas de ABEPSS (2021), Sousa (2021) e Alencar (2022).

Nesse âmbito, pretende-se refletir sobre como ocorreu o estágio supervisionado no contexto pandêmico, a partir dos relatos de supervisoras acadêmicas e de campo acerca de suas condições de trabalho, assim como de discentes-estagiários sobre suas condições objetivas e subjetivas para o processo formativo naquele período. Os dados apresentados resultaram de

ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA PANDEMIA: AS VOZES DOS SUJEITOS EM BELÉM-PA

capítulo de dissertação de mestrado mencionada na introdução deste texto. Registra-se a submissão e aprovação da pesquisa na Plataforma Brasil e Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

A coleta de dados foi realizada no período de junho a agosto de 2023 por meio de pesquisa documental no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA) e de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram realizadas com 10 (dez) sujeitos: 02 (duas) supervisoras acadêmicas; 02 (duas) supervisoras de campo; 02 (dois) discentes; 01 (um) representante do curso de Serviço Social da IES pesquisada; 01 (uma) representante da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) Região Norte; e 02 (duas) representantes da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) Região 01-Norte.

A escolha dos sujeitos foi realizada por meio de amostra intencional⁵ a partir dos dados coletados na pesquisa documental. Os participantes foram convidados a participar da pesquisa por e-mail. Após o aceite, assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Quanto à análise e interpretação das informações coletadas nas entrevistas semiestruturadas, esta foi realizada por meio do método análise de conteúdo de Bardin (1977). Neste método, a análise dos dados obedece a 04 (quatro) procedimentos: organização da análise, categorização, inferências e tratamento dos dados categorizados. Neste texto se optou pela reflexão de dois eixos de análise: “condições de trabalho” e “condições de realização de estágio profissional”.

No que concerne às condições de trabalho, acredita-se ser necessário considerar, conforme Oliveira e Assunção (2010), que estas são definidas de acordo com a organização social definida pelo modo de produção capitalista; nesta perspectiva, “não se restringem ao conjunto de meios necessários à realização de uma atividade, mas contemplam relações específicas de exploração” (p.02).

Durante as entrevistas, ficou patente a precarização das condições de trabalho vivenciadas pelas supervisoras acadêmicas, que relataram ausência de condições materiais para as realizações das supervisões, tais como, telefone institucional para a realização de articulações de reuniões (utilizavam o telefone particular) e veículo institucional para o deslocamento às atividades de supervisão. Destaca-se que esse cenário já era percebido em momento anterior a emergência da Covid-19 e compõem parte do projeto do capital para a política de educação

⁵ Para Lakatos e Marconi (2002) esta amostra é utilizada quando o pesquisador tem o intuito de verificar a opinião, percepção, ação, de determinado segmento da população sobre uma temática.

ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA PANDEMIA: AS VOZES DOS SUJEITOS EM BELÉM-PA

superior, postuladas nas tendências neoliberais de privatização e mercantilização das políticas públicas, assim como da terceirização, flexibilização e precarização do trabalho, o que reverbera na formação profissional e consequente no estágio.

Sobre esse debate, Silva e Pontes (2022) destacam que as precárias condições de trabalho constituem obstáculos ao exercício da supervisão, uma vez que a demanda de trabalho intensa dificulta a realização de uma supervisão com qualidade, além disso, a fragilização dos vínculos de trabalho dos supervisores acadêmicos e de campo contribuiu para a alta rotatividade de profissionais e para a não continuidade de algumas supervisões. Para os autores, a precarização dos espaços sócio-ocupacionais lócus do estágio também constitui entraves ao processo de ensino-aprendizagem, uma vez que a ausência de espaço adequado para os estagiários ou mesmo de equipamentos eletrônicos como computadores dificulta a operacionalização do estágio.

No contexto da pandemia, e com a adoção do Ensino Remoto Emergencial (ERE), esse cenário de precarização do trabalho do docente foi agravado, uma vez que a instituição pesquisada não disponibilizou equipamentos como computador, notebook, impressora, etc., e também não realizou compensação financeira pelos recursos pessoais utilizados durante o trabalho, transferindo assim para os docentes (e técnicos) o custeio dos recursos necessários à realização de suas atividades laborais. Esse cenário foi evidenciado em nota divulgada em 23 de junho de 2020 pelo Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social (composto pela ABEPSS, CRESS/RJ e ENESSO) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que, além de citar a transferência dos custos ao servidor (docente e técnico) das IES durante o ERE, menciona a intensificação da jornada de trabalho e a dificuldade de separar o ambiente de trabalho da vida privada, como fatores de adoecimento desses servidores durante o ERE.

Além disso, a falta de EPI's durante o trabalho híbrido, ou retorno ao trabalho presencial, configurou-se como mais um gasto a ser realizado por docentes, assistentes sociais e discentes das IES's. Esse panorama foi identificado durante as entrevistas com os sujeitos participantes, conforme relato de uma supervisora de acadêmica: “[...] eu comprei mesmo e quando ‘os meninos’ vinham para cá, eu dei pra eles” (Supervisora Acadêmica 01, 2023) e um discente: “naquele momento só tinha EPI para os profissionais mesmo. Então os estagiários tinham que estar pelo menos com a máscara, eles disponibilizavam álcool em gel” (Estagiário 01, 2023).

ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA PANDEMIA: AS VOZES DOS SUJEITOS EM BELÉM-PA

Outra situação abordada pelas supervisoras acadêmicas, durante as entrevistas, foi a ausência de carga horária para a realização das supervisões, o que comprometia a supervisão sistemática do estágio na IES pesquisada, mesmo antes da pandemia. Este tema também foi abordado pelo representante do curso entrevistado:

[...] temos um *trabalho em certo grau voluntarista*, dentro da supervisão acadêmica. Você deixa, o professor vai. Não estou avaliando o professor A, B e C. [...] Tem professor que rigorosamente mantém o cronograma de supervisão, mas não está na carga horária dele. [...] *Eu tenho certeza que os docentes que estão nesse processo têm essa perspectiva de construir uma formação qualitativa, mesmo com as condições precarizadas*. (Representante IES, 2023, grifo nosso).

Destaca-se na fala do representante do curso, acima, a afirmação de que a supervisão acadêmica possui um grau de “voluntarismo”, sendo realizada pelos docentes, presumivelmente, a partir de um comprometimento ético-político com a formação em Serviço Social. Sabe-se, contudo, que esse cenário é uma das facetas da precarização do trabalho docente na contemporaneidade, o sobretrabalho. Segundo Lewgoy (2010), na supervisão acadêmica o sobretrabalho é caracterizado como aquela atividade que não é contabilizada na carga horária do docente/supervisor, como a disponibilização de horários para leituras e análises das documentações elaboradas pelos estagiários, planejamento de reuniões, visitas às instituições, entre outras atividades.

Observa-se que durante a pandemia a situação de sobretrabalho de docentes supervisores acadêmicos foi intensificada uma vez que estes necessitaram articular a entrada de discentes em campo, principalmente no período do retorno às atividades presenciais (mas ainda no contexto pandêmico), onde ocorreu a redução do quantitativo de vagas de estágio em algumas instituições em decorrência da necessidade de continuidade da adoção de medidas sanitárias. Além disso, os supervisores necessitaram articular reuniões, realizar planejamentos para adoção de estratégias para a realização do estágio no período, etc.

Ressalta-se, contudo, que apesar do comprometimento ético-político de muitos supervisores acadêmicos e de campo, a pandemia trouxe sérios prejuízos para à operacionalização do estágio, principalmente no que refere a efetivação de uma supervisão sistemática naquele período, o que foi evidenciado na fala das supervisoras acadêmicas e de campo entrevistadas, conforme trechos destacados a seguir:

Não foi possível fazer, [...], eu vou te falar que não teve no período da pandemia, teve antes da pandemia, a gente conseguiu fazer, mas no período não foi possível. O que

ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA PANDEMIA: AS VOZES DOS SUJEITOS EM BELÉM-PA

eu consegui ainda fazer com a supervisora de estágio era uma conversa com ela via *WhatsApp*. (Supervisora de Campo 01, 2023).

[...] 2021 e 2022 eles voltaram, eles foram para campo. [...] *eu não pude fazer o que eu faço sempre, visitar antes a instituição, levá-los até a instituição, eu não fiz isso, até porque [...] era um momento muito delicado.* [...] então já tem aí um prejuízo pedagógico, [...] eu tive que fazer isso por telefone. (Supervisora Acadêmica 02, 2023, grifo nosso).

Verifica-se, a partir do relato das supervisoras acadêmicas e de campo, que durante a pandemia, seja no ERE ou no retorno gradativo das atividades presenciais, as supervisões não ocorreram de forma sistemática, sendo em algumas situações até mesmo inexistentes e substituídas por ligações telefônicas e/ou diálogos por meio de aplicativo de mensagens instantâneas, o que trouxe prejuízos a formação acadêmica destes estudantes e uma desconfiguração do estágio tal como disposto na Política Nacional de Estágio em Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), de 2010, que estabelece enquanto um dos princípios norteadores da realização do estágio a indissociabilidade entre estágio, supervisão acadêmica e de campo.

No que se refere especificamente às condições objetivas e subjetivas de estudantes para a realização do estágio supervisionado no período pandêmico, concorda-se com o conteúdo da nota supramencionada do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social. Considera-se que as condições para a realização de atividades de ensino e formação profissional não devem ser limitadas ao acesso à internet e/ou a equipamentos de telefonia e informática, assim, faz-se necessário analisar “os efeitos da desigualdade social combinados à crise sanitária e econômica” (Fórum Nacional; CFESS, 2020, p.03).

Nesse âmbito, buscamos a compreensão de cada experiência de forma imbricada à categoria de totalidade social e às dimensões objetivas e subjetivas vivenciadas por cada sujeito em seu contexto histórico-social. No que diz respeito às condições dos/as discentes para a realização do estágio no contexto pandêmico, o primeiro discente entrevistado relatou desejo em retornar ao estágio presencial, conforme relato a seguir:

[...] quando retornou o período presencial, as atividades presenciais, eu quis logo ir. Então, eu simplesmente fui, nem sabia se tinha uma orientação na faculdade, ou não. Então, naquele momento *eu avalio que eu estava bem emocionalmente e fisicamente também.* (Estagiário 01, 2023, grifo nosso).

ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA PANDEMIA: AS VOZES DOS SUJEITOS EM BELÉM-PA

No trecho acima, o discente avaliou estar física e mentalmente bem para realizar o estágio supervisionado no segundo semestre do ano de 2020, contexto pandêmico; contudo, em decorrência da não autorização da IES pesquisada para o retorno dos estudantes aos campos de estágio naquele momento, o discente necessitou interromper o estágio novamente, elaborando *Relatório Técnico*⁶ para validação da carga horária referente ao estágio supervisionado III. Destaca-se a estratégia utilizada pela IES pesquisada para a creditação de carga horária de estágio para os discentes concluintes (diante da inviabilidade da realização de estágio no período de maior incidência dos casos do novo coronavírus): elaboração de Relatório Técnico. Em que pese o efeito positivo ao possibilitar a colação de grau de mais de 70 (setenta) estudantes que estavam com pendência no componente curricular “estágio supervisionado III” no ano de 2021 na IES pesquisada, faz-se necessário avaliar mais profundamente (o que escapa dos limites deste trabalho) em que medida a elaboração do referido relatório contribuiu para a qualificação profissional desses discentes.

A segunda discente entrevistada relatou não dispor de condições subjetivas para a realização do estágio supervisionado no período da pandemia:

[...] por conta de todo o momento que a gente estava vivenciando, a minha mãe adoeceu na época, então eu tive que cuidar dela. *Muitas outras questões que a pandemia causou esses rebatimentos* e eu considero se eu ainda tivesse que ir para o campo de estágio, por exemplo, eu não iria conseguir. (Estagiária 02, 2023, grifo nosso).

Ressalta-se nesta fala a necessidade de prestar cuidados a familiares enfermos e de lidar com “muitas outras questões” naquele período, o que a impediria de cumprir a carga horária de estágio supervisionado. Esse relato evidencia a importância do debate sobre gênero. Segundo documento divulgado pela Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), em 2020, os impactos e implicações decorrentes da Covid-19 foram diferentes para homens e mulheres, sendo estas últimas mais afetadas pelo trabalho não-remunerado, uma vez que, com a “saturação dos sistemas de saúde e o fechamento das escolas, as tarefas de cuidado recaem principalmente sobre as mulheres, que, em geral, têm a responsabilidade de cuidar de familiares doentes, pessoas idosas e crianças” (p.01).

⁶ O curso de Serviço Social da IES pesquisada adotou a estratégia de creditação da carga horária do componente curricular estágio supervisionado III para os discentes concluintes, o que compreendeu a elaboração de um relatório técnico pelo discente, a partir das experiências vivenciadas nos estágios supervisionados I e II.

ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA PANDEMIA: AS VOZES DOS SUJEITOS EM BELÉM-PA

Além disso, conforme apresentado nos dados do IBGE, citados no tópico 1 deste artigo, o nível de ocupação das mulheres foi reduzido em 2020 e se recuperou mais lentamente no ano de 2021 quando comparado ao dos homens. Assim, verifica-se que as mulheres foram mais impactadas pelas repercussões da pandemia da Covid-19, seja na intensificação do trabalho não-remunerado, na maior dificuldade no acesso a trabalho remunerado durante a pandemia e/ou na maior justaposição entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, conforme abordado por Antunes (2020).

Aliada às questões subjetivas, estão as condições materiais para a realização do estágio, também relatada pelos discentes-estagiários (01 e 02), como a falta de equipamentos e dados móveis para acesso às atividades remotas. Esse aspecto se traduz na fala de uma supervisora de campo a seguir ao retratar a situação de um discente-estagiário que ela supervisionava:

O [nome do estagiário] era um estudante que dizia, ‘professora, se a gente ficar muito tempo, o meu pacote de internet vai acabar. Aí na próxima semana, eu não vou conseguir conversar com a senhora e também não vou poder participar das reuniões coletivas’. Então era um complicador também, tanto para mim enquanto supervisora de campo, mas muito mais para os estudantes. Eu tinha condições de dentro da minha casa de fazer um trabalho com eles, *mas nem sempre eles tinham essas condições materiais*. (Supervisora de Campo 02, 2023, grifo nosso).

A supervisora de campo acima realizou atividades remotas de estágio supervisionado no ano de 2020, das quais se ressaltam duas reuniões semanais, sendo uma coletiva e uma individual. Destaca-se, contudo, que apesar dos estudantes estagiários da supervisora terem sido contemplados com auxílio estudantil para compra de *tablet* e terem recebidos *chip* com pacote de internet, os dados móveis não eram suficientes para participação nas atividades de ensino e nas atividades remotas de estágio, realidade esta vivenciada por muitos discentes naquele período.

Neste âmbito, é possível inferir que o cenário gerado pela pandemia da Covid-19, além de impactos à saúde física e mental de docentes, assistente sociais e discentes, também trouxe impactos econômicos e sociais decorrentes do cenário de desemprego e desproteção social intensificados pelo contexto pandêmico. Tais realidades remontam às origens do próprio capitalismo compreendido na sua dinâmica racista, classista e sexista (Harvey, 2020).

A partir dessa perspectiva, avalia-se que a maioria dos estudantes da IES pesquisada não dispunha de condições materiais para a realização do ERE e do estágio supervisionado no período pandêmico, considerando que cerca de 80% (oitenta por cento) dos estudantes da UFPA se encontravam em situação de vulnerabilidade socioeconômica (ANDIFES, 2019). Além

ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA PANDEMIA: AS VOZES DOS SUJEITOS EM BELÉM-PA

disso, considerando os dados do IBGE apresentados no tópico 1, há evidências que as informações apresentadas pela ANDIFES naquele período foram agravadas pelas repercussões econômicas e sociais intensificadas com a Covid-19, as quais atingiram de forma desigual a população brasileira, conforme a região e os marcadores de classe, gênero e raça.

Ademais, omitir os efeitos da crise vivenciada naquele momento e que repercutiram nas condições de trabalho de supervisores acadêmicos e de campo, assim como nas condições de permanência na formação profissional dos discentes, em especial como estagiários, seria aprofundar as desigualdades sociais, já abissais, existentes no país e que dificultam o acesso à política de educação superior como direito.

Conclusão

A pandemia do Covid-19 aprofundou as desigualdades sociais existentes no país, resultado da adoção de um ideário neoliberal que requisita a redução do Estado no campo das políticas sociais e demanda do cidadão a provisão do acesso a determinadas políticas (educação, saúde, previdência, etc.) por meio do mercado. Neste cenário de expropriação de direitos, a “pandemia do capital”, teve gênero, raça e classe social.

Na política de educação superior verificou-se a intensificação do trabalho do docente, forçado a realizar aulas, eventos e reuniões *online*. Além disso este coletivo ficou responsável, em muitos casos, pela estrutura necessária à realização da atividade laboral (equipamentos, energia elétrica, internet etc.), arcando com seus custos. Os estudantes também tiveram que arcar com o ônus econômico de prover as condições necessárias à participação nas aulas/atividades acadêmicas, mesmo sem disporem, em muitos casos, de tais recursos. Ressalta-se que apesar de algumas instituições concederem aos estudantes alguns equipamentos e/ou chips de telefonia celular para acesso a internet, essas condições não alcançaram toda a demanda e quando garantidas, não foram suficientes para uma participação integral nas atividades acadêmicas.

No que se refere especificamente à realização do estágio supervisionado em Serviço Social no período pandêmico, os achados da pesquisa apontam que a Covid-19 trouxe repercussões à operacionalização desse processo de ensino-aprendizagem, gerando desconfiguração a partir da adoção das modalidades estágio e supervisão remota e estágio e supervisão híbrida. Ademais, observou-se uma intensificação da precarização das condições de trabalho de supervisores acadêmicos e de campo com intensificação das dificuldades para

ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA PANDEMIA: AS VOZES DOS SUJEITOS EM BELÉM-PA

inserção de estudantes nos campos de estágio e na efetivação de uma supervisão sistemática (e presencial) naquele contexto. Identificou-se que a maioria dos estagiários da IES pesquisada não apresentavam condições objetivas e subjetivas para a realização do estágio, considerando o cenário de extrema vulnerabilidade socioeconômica vivenciado e apresentado por meios dos dados do IBGE (2021; 2022) e da pesquisa ANDIFES (2019).

Neste âmbito, acredita-se que o resultado da pesquisa possibilitou a apreensão de alguns determinantes presentes na realização do estágio supervisionado no contexto pandêmico, com destaque para as vozes dos sujeitos que participaram desse processo de formação em uma IES pública do Norte do Brasil. Compreende-se que os desafios postos à concretização do estágio supervisionado em Serviço Social, apesar de intensificados no contexto pandêmico, são estruturais e anteriores ao referido período, logo sua superação ocorrerá dentro de um largo processo histórico de superação da sociabilidade burguesa.

Por fim, ratifica-se a necessidade de docentes, assistentes sociais e discentes fortalecerem as bases teórico-metodológicas, ético-políticas que fundamentam sua formação /atuação dando base para compreensão crítica da complexidade da realidade onde se insere tanto a formação, como o trabalho profissional, incluindo amplo domínio crítico de legislações e documentos que orientam e fundamentam o exercício profissional e a realização do estágio supervisionado em alto nível. Em tempos neoliberais nunca foi tão necessário reafirmar a formação profissional de qualidade e crítica, como mediação para fortalecer a luta por emancipação política e humana.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial**. Brasília (DF): ABEPSS, 2021. Disponível em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf. Acesso em: 19 ago. 2025.

ALENCAR, Luciana. **Supervisão de estágio em Serviço Social: o trabalho docente no contexto de precarização do ensino superior privado em fortaleza**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2022.

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **Nota: ABEPSS se manifesta pela suspensão das atividades de estágio em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2020. Disponível em:

ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA PANDEMIA: AS VOZES DOS SUJEITOS EM BELÉM-PA

<https://www.abepss.org.br/noticias/coronavirus-abepss-semanifesta-pela-suspensao-das-atividades-de-estagio-supervisionado-em-servicosocial-367>. Acesso: 24 fev. 2022.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – ANDIFES. V **Pesquisa Nacional de perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**. Brasília: ANDIFES, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Brasília: Edições 70, 1977

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº. 544**, de 16 de junho de 2020. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 24 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Recomendações de proteção aos trabalhadores dos serviços de saúde no atendimento da COVID-19 e outras síndromes gripais**. Abril, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim epidemiológico especial nº. 152**. Boletim mensal - junho de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid-19/2023/boletim-epidemiologico-no-152-boletim-coe-coronavirus/view>. Acesso em: 05 set 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Resolução CFESS nº. 493**, de 21 de agosto de 2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília, DF, 2006. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf. Acesso: 07 nov. 2023.

ENTIDADE DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES - ONU MULHERES. **Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta**. ONU Mulheres, mar. 2020. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2020/03/ONU-MULHERESCOVID19_LAC.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

FÓRUM NACIONAL; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Nota**. Trabalho e Ensino Remoto Emergencial. Brasília: Fórum Nacional; CFESS, 2020. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/1NotaForumNacional2020.pdf>. Acesso: 08 set. 2023.

FONSECA, André; SILVA, Silvio. **O neoliberalismo em tempos de pandemia: o governo bolsonaro no contexto de crise da covid-19**. Ágora, 2020, p. 58-75. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/agora/article/view/15461>. Acesso: 13 ago. 2025.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de Covid-19. In: DAVIS, Mike.et al. **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020. p. 13-24.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Mesmo com benefícios emergenciais, 1 em cada 4 brasileiros vivia em situação de pobreza em 2020. **Agência de notícias - IBGE**, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de->

ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA PANDEMIA: AS VOZES DOS SUJEITOS EM BELÉM-PA

noticias/noticias/32420-mesmo-com-beneficios-emergenciais-1-em-cada-4-brasileiros-vivia-em-situacao-de-pobreza-em-2020. Acesso 05 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE. **Síntese de Indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEWGOY, A.M.B. **Supervisão de Estágio em Serviço Social**: desafios para a formação e o exercício profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Education at a Glance 2022**: OECD indicators. Paris, 2022. Disponível em: <https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/>. Acesso: 09 maio. 2023.

OLIVEIRA, D.A.; ASSUNÇÃO, A.A. Condições de trabalho docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/condicoes-de-trabalho-docente/>. Acesso: 08 ago. 2025.

SILVA, Silvana Alves da; PONTES, Reinaldo Nobre. **Condições de trabalho, estágio supervisionado e formação profissional de assistentes sociais**. Texto e Contexto. Porto Alegre (RS), v.21, nº. 01, jan./dez, 2022. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/41878>. Acesso: 06 set. 2023.

SOUSA, Viviane. **O estágio em Serviço Social entre ventanias e banzeiros: navegando de Manaus a Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2021.